



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

ATA DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 35ª (trigésima quinta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Geider de Lima Alcântara, José Diego Martins de Oliveira e Silva, Lúcio Flávio Alves e Maria Virgínia Leite Monteiro. Também presente o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 34ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso nº 1/124/2017 – Auto de Infração: 1/201622479. Recorrente: ENGEPLAN ENGENHARIA LTDA. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração, suscitada sob a alegação de cerceamento do direito de defesa por falta de clareza e precisão na descrição do fato que originou a autuação – na descrição da autuação o autuante relata falta de recolhimento do Diferencial de Alíquota (DIFAL) e, nas Informações Complementares alega não recolhimento do ICMS Antecipado – a preliminar suscitada pela recorrente foi afastada por unanimidade de votos, em razão de não ter havido prejuízo para o contribuinte, pois o mesmo apresentou defesa, ensejando terem sido conhecidos os elementos que constituíram e embasaram a acusação fiscal; 2- No tocante a preliminar de nulidade do julgamento singular por ausência de manifestação acerca da alegação de que as construtoras não são contribuintes do ICMS – afastada por unanimidade de votos, visto que a autoridade julgadora enfrentou esse argumento, consoante fundamentos expostos às fls. 161 dos autos; 3- Quanto a preliminar de nulidade suscitada, em sessão, pelo representante da autuada, sob o argumento de cerceamento do direito de defesa por falta de provas no levantamento fiscal – o agente fiscal não acostou aos autos todas as Notas Fiscais objeto desta autuação – afastada por unanimidade de votos, uma vez que foram disponibilizados, ao contribuinte, relatórios discriminando todas as Notas Fiscais e os elementos necessários à sua defesa. Na sequência, por ocasião da apreciação de mérito, o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu VISTA DOS AUTOS ao Conselheiro José Diego Martins de Oliveira e Silva, para melhor analisar a matéria acerca do imposto Diferencial de Alíquota (DIFAL) e os contribuintes optantes do Simples Nacional, abordada na defesa do contribuinte. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Gustavo Beviláqua. **Processo de Recurso nº 2/005/2020 – Auto de Infração: 2/201820377. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Recorrido: HUGHES****

TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ DIEGO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA. Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento e, também por unanimidade de votos, confirmar a decisão proferida em 1ª Instância, que resolveu pelo **DEFERIMENTO** do pedido de restituição, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para acompanhar o julgamento do processo o representante legal da recorrente, Dr. Cassiano Almeida. **Processo de Recurso nº 1/3201/2017 – Auto de Infração: 1/201705429. Recorrente: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA.** Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Relator: CONSELHEIRO FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, dar-lhe provimento para reformar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **IMPROCEDENTE** o feito fiscal, em razão na Nota Fiscal que acobertava a operação autuada, inexistir irregularidade que caracterizasse o documento fiscal como inidôneo. Nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e contrário a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3589/2013 – Auto de Infração: 1/201314118. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e TNL PCS S.A.** Recorrido: AMBOS. **Relator: CONSELHEIRO LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e do Recurso Ordinário, negar-lhes provimento, para declarar nula a decisão de 1ª instância, ante a constatação de que o julgador singular não considerou os valores originários do crédito tributário, lançados no Auto de Infração. Em ato contínuo se determina o **RETORNO DO PROCESSO** à instância de origem para que se proceda a novo julgamento. Decisão, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral proferida em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 14 (catorze) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA